STJ00095126

ÍNDICE SISTEMÁTICO

Introdução 1

Capítulo I – Princípios no Processo Penal 5

1.1. Princípios que orientam o procedimento dos Juizados Especiais Federais e Estaduais Criminais 9

1.1.1. Princípio da oralidade 9

1.1.2. Princípio da informalidade 10

1.1.3. Princípio da celeridade 10

1.1.4. Princípio da economia processual 10

Capítulo II – Do Inquérito Policial 13

2.1. Da finalidade do inquérito policial 13

2.2. Da não instalação do princípio do contraditório na fase inquisitorial 15

2.3. Da não prevenção de competência no inquérito policial 15

2.4. Da iniciativa do inquérito policial 16

2.5. Das peças que iniciam o inquérito policial 17

2.5.1. Auto de prisão em flagrante 17

2.5.2. Notícia-crime 17

2.5.3. Representação criminal 18

2.5.4. Requerimento 19

2.5.5. Requisição do Ministro da Justiça 19

2.6. Da presidência do inquérito policial 19

2.7. Do prazo de conclusão do inquérito policial 20

2.8. Da peça que encerra o inquérito 20

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

2.9. Da indisponibilidade do inquérito pela autoridade policial 20
2.10. Do sigilo no inquérito policial 22
2.11. Da incomunicabilidade do indiciado preso 23
2.12. Da requisição pelo Ministério Público de instauração de inquérito policial no procedimento do Juizado Especial Criminal 23
2.13. Arquivamento do inquérito policial 24
2.14. Arquivamento implícito do inquérito 25
2.15. Desarquivamento do inquérito 27
2.16. Desnecessidade de curador de menor no inquérito 28
2.17. Arquivamento e desarquivamento do termo circunstanciado 28

Capítulo III – Competência no Processo Penal 29

3.1. Competência em razão da matéria no JECrim 29
3.2. Ampliação da competência do Juizado Especial Criminal por força da nova definição de crime de menor potencial ofensivo 36
3.3. Competência em razão do local do delito 37
3.4. Competência em razão da pessoa 39
3.5. Declinação de competência 40
3.5.1. Declinação de competência em razão de o autor dos fatos se encontrar em local incerto e não sabido 40
3.5.2. Declinação de competência em razão da complexidade ou circunstâncias do caso que impedem o oferecimento de denúncia 41
3.5.3. Declinação da competência em razão da conexão de crimes 42
3.5.3.1. Momento oportuno para propor a composição do dano civil e transação penal quando houver crimes conexos com os de menor potencial ofensivo 42
3.5.4. Declinação da competência em razão da adoção de rito especial 43
3.5.5. Declinação da competência em concurso material de crimes 43
3.6. Tribunal competente para decidir conflito de competência 43
3.7. Competência de foro por prerrogativa de função e conexão 47
3.7.1. Competência de foro por prerrogativa de função dos magistrados durante a aposentadoria e na convocação para os tribunais 51
3.7.2. Competência nos crimes conexos de competência das Justiças Estadual e Federal 53
3.7.3. Competência nos crimes conexos praticados por policial militar e civil .. 53
3.7.4. Competência para processar e julgar militar por crime de abuso de autoridade 54

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

3.7.5. Competência para processar e julgar o militar que praticar simultaneamente crimes militar e comum ... 54
3.7.6. Conflito de competência entre Juizado Especial Federal e Juízo Federal .. 56
3.7.7. Competência para processar e julgar a falsificação e uso de documento falso relativo a estabelecimento particular ... 57
3.7.8. Competência no crime de falso testemunho praticado no processo trabalhista ... 57
3.7.9. Competência para julgamento de prefeitos e vereadores ... 57
3.7.10. Competência para julgamento de crimes contra a honra praticados pela internet ... 60
3.8. Conflito de atribuições entre membros do Ministério Público ... 60
3.9. Princípios do Ministério Público ... 62
3.10. Investigação direta pelo Ministério Público ... 62
3.11. A nova lei de repressão às organizações criminosas ... 66

Capítulo IV – Dos Atos Processuais ... 71
4.1. Do momento da realização dos atos processuais no Juizado Especial Criminal .. 71
4.2. Da publicidade dos atos processuais ... 71
4.3. Do horário de funcionamento dos Juizados Especiais Criminais ... 72
4.4. Da prática dos atos processuais em outra comarca ... 72
4.5. Dos atos processuais que devem constar de documento escrito ... 72

Capítulo V – Das Citações e Intimações ... 75
5.1. Da citação ... 75
5.2. Da intimação ... 80
5.2.1. A intimação pessoal do defensor ... 86
5.2.2. A intimação do defensor para oferecer a defesa inicial obrigatória ... 87
5.2.3. A intimação do Ministério Público ... 89
5.2.4. Direito de requisição do preso para entrevista com o Defensor Público ... 89

Capítulo VI – Da Fase Preliminar do Procedimento do JECrim ... 91
6.1. Da lavratura do termo circunstanciado ... 92
6.1.1. Deslocamento da competência do JECrim para o Juizado Especial de Violência Doméstica e Familiar nos delitos que envolvem violência doméstica e familiar ... 94
6.2. Do termo circunstanciado lavrado pela Secretaria do Juizado ... 95
6.3. Da lavratura de termo circunstanciado pela Polícia Militar ... 95
6.4. Da lavratura de auto de prisão em flagrante e exigência de prestação de fiança nos delitos de competência do juizado ... 96

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

6.5. Da necessidade de representação criminal nos crimes de ação penal pública condicionada à representação 98

6.5.1. Da representação criminal nos delitos de competência do Juizado Especial Criminal 98

6.5.2. Da necessidade de representação criminal nos crimes de lesões corporais leves e lesões culposas, e da aplicação retroativa da Lei n.º 9.099/1995 101

6.5.3. Da necessidade de representação nos crimes de lesão corporal leve e culposa no âmbito da Justiça Militar 104

6.6. Da possibilidade jurídica de instauração de inquérito no procedimento do Juizado Especial Criminal 105

6.6.1. Da dispensa do inquérito policial 105

6.6.2. Da necessidade da instauração de inquérito policial 105

6.7. Da remessa dos autos ao Juízo Criminal Comum 106

Capítulo VII – Das Testemunhas no Juizado 109

7.1. Da intimação das testemunhas 109

7.2. Do número máximo de testemunhas a serem arroladas 109

Capítulo VIII – Da Audiência Preliminar de Conciliação no JECrim 113

Capítulo IX – Do Procedimento Adotado na Prática dos Juizados Especiais Criminais 115

9.1. Da lavratura do termo circunstanciado pela autoridade policial 115

9.2. Do registro e autuação do termo circunstanciado pelo cartório do Juizado Especial Criminal 115

9.3. Procedimento do Ministério Público ao se manifestar sobre o termo circunstanciado 115

9.4. Da designação de audiência preliminar de conciliação 116

9.5. Da necessidade de advertência ao autor do fato de comparecer à audiência preliminar de conciliação acompanhado de advogado 116

9.6. Procedimento do conciliador na audiência preliminar de conciliação 117

9.7. Da ilegalidade do ato do juiz condicionando a homologação do acordo ao seu cumprimento 117

9.8. Da não aceitação da proposta de composição do dano civil e realização da proposta de transação penal 117

9.9. Da ilegalidade do ato do juiz em condicionar a homologação da transação penal ao cumprimento da pena aceita 118

9.10. Da composição dos danos civis pelos representantes judiciais da União, autarquias, fundações e empresas públicas federais 118

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

9.11. Da renúncia legal decorrente da composição do dano civil 119
9.12. Do não cabimento de renúncia com a composição do dano civil nos crimes de ação penal pública incondicionada 119
9.13. Dos limites do conciliador na audiência preliminar de conciliação 119
9.14. Da decisão que homologa a composição do dano civil e seus efeitos 120
9.15. Da dispensa do trânsito em julgado da sentença que homologa o acordo 121
9.16. Da função do Ministério Público na audiência preliminar 121
9.17. Da consequência jurídica quando acordada a reparação dos danos na audiência preliminar de conciliação 122
9.18. Da consequência jurídica quando acordada a reparação dos danos na audiência de instrução e julgamento 122
9.19. Da obrigação de o Ministério Público propor a transação penal na audiência preliminar de conciliação 123
9.20. Divergência doutrinária quanto à possibilidade de o juiz propor de ofício a transação penal quando não for feita pelo Ministério Público 124
9.21. Da não homologação do acordo na transação penal quando atípica a conduta ou não comprovada a existência do fato ou sua autoria 124
9.22. Natureza da sentença que homologa a transação penal 125
9.23. Divergência doutrinária quanto à natureza e efeitos da decisão que homologa o acordo na transação penal 126
9.24. Do cabimento de recurso contra a sentença que homologa o acordo na transação penal 128
9.25. Do não cabimento de recurso contra sentença que deixa de homologar o acordo na transação penal 128
9.26. Do cabimento de *habeas corpus* quando não for proposta a transação penal .. 129
9.27. Do pedido de arquivamento do termo circunstanciado pelo Ministério Público 129

Capítulo X – Da Ação e do Processo 131

10.1. Teorias sobre o direito de ação 131
10.1.1. A ação como direito imanente 131
10.1.2. A ação como direito concreto 131
10.1.3. A ação como direito potestativo 132
10.1.4. A ação como direito abstrato 132
10.1.5. A ação como categoria eclética 132
10.1.6. A teoria da asserção 133
10.2. Características do direito de ação 133
10.3. Condições da ação penal 134

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

10.3.1. Legitimidade 134
10.3.2. Interesse de agir 135
10.3.2.1. O interesse do assistente de acusação 136
10.3.3. Possibilidade jurídica do pedido 136
10.3.4. A justa causa como condição da ação penal 137
10.4. Princípios da ação penal 138
10.4.1. Obrigatoriedade 138
10.4.2. Indisponibilidade 139
10.4.3. Oportunidade 139
10.4.4. Disponibilidade 139
10.4.5. Oficialidade 140
10.4.6. Princípio da indivisibilidade 140
10.4.7. Princípio da intranscendência 142
10.4.8. Princípio da publicidade 142
10.4.9. Mitigação dos princípios da obrigatoriedade e da indisponibilidade da ação penal pública com a transação penal e a suspensão condicional do processo 142
10.5. Do oferecimento de denúncia e de sua rejeição 142
10.5.1. Do cabimento de *habeas corpus* contra a decisão que recebe a denúncia 146
10.5.2. A imputação alternativa 146
10.6. Classificações das ações penais 146
10.6.1. Das ações penais de natureza pública 147
10.6.2. Classificação das ações penais privadas 148
10.6.3. A ação penal concorrente 148
10.6.4. A ação penal popular 149
10.6.5. A ação penal *ex officio* 149
10.6.6. A ação penal nos crimes de responsabilidade dos prefeitos – Ação penal pública subsidiária da pública 149
10.6.7. A violência real nos crimes contra os costumes 150
10.7. Das peças que inauguram as ações penais 151
10.8. Requisitos formais da denúncia e da queixa-crime 152
10.9. Das causas de rejeição da denúncia ou da queixa 152
10.10. Da admissibilidade de ação penal privada subsidiária da pública no Juizado Especial Criminal 153
10.11. Da forma da denúncia ou da queixa-crime 153
10.12. Da necessidade de diligência imprescindível ao oferecimento da denúncia 154

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

10.13. Da remessa dos autos para o Juízo Criminal Comum 155

10.14. Da faculdade legal de oferecimento da queixa-crime de forma oral 155

10.15. Diligências imprescindíveis ao oferecimento da queixa-crime 156

10.16. Contagem do prazo decadencial quando a queixa-crime não for oferecida na audiência preliminar de conciliação e sendo requeridas diligências 156

10.17. Ação civil *ex delicto* – reflexo da sentença criminal condenatória transitada em julgado 156

10.17.1. Reflexo no campo da responsabilidade civil da sentença condenatória criminal transitada em julgado 158

10.17.2. Suspensão da ação cível em razão da ação penal 159

10.17.3. Transação penal e seu reflexo no campo da responsabilidade civil 159

10.17.4. Efeitos da sentença criminal absolutória no juízo cível 160

10.17.5. Reflexo no juízo cível da sentença criminal que isenta de pena o agente 161

10.17.6. Reflexo no juízo cível da sentença que determina o arquivamento do inquérito policial 162

10.17.7. Reflexo no juízo cível da sentença criminal que julgar extinta a punibilidade do agente 162

10.17.8. Reflexo no juízo cível da sentença que absolver o réu por considerar o fato imputado não constituir crime 162

10.17.9. Sentença criminal condenatória transitada em julgado e a culpa objetiva 163

10.18. Legitimidade do Ministério Público para promover a execução da responsabilidade civil *ex delicto* 164

10.18.1. A inconstitucionalidade progressiva 164

10.19. A legitimidade para os crimes contra os costumes – embate entre a Defensoria Pública e o Ministério Público 165

10.20. Das teorias acerca da natureza jurídica do processo 166

10.20.1. O processo como um contrato 166

10.20.2. O processo como quase contrato 167

10.20.3. O processo como relação jurídica 167

10.20.4. O processo como situação jurídica 167

10.20.5. O processo como serviço público 167

10.20.6. O processo como instituição 167

10.20.7. O processo como procedimento em contraditório 168

10.20.8. O processo como categoria complexa 168

10.20.9. O processo como categoria jurídica autônoma 168

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

10.21. A configuração da relação processual 168
10.21.1. Configuração linear da relação processual 168
10.21.2. Configuração angular da relação processual 169
10.21.3. Configuração triangular da relação processual 169
10.22. Características da relação processual 169
10.23. Distinção entre processo e procedimento 170
10.24. Pressupostos processuais 170
10.24.1. Órgão investido *de jurisdição* 171
10.24.2. Partes capazes 171
10.24.2.1. Legitimidade *ad processum* 171
10.24.2.2. Capacidade postulatória 171
10.24.2.3. Demanda regularmente formulada 171

Capítulo XI – Da Audiência de Instrução e Julgamento 173

11.1. Das providências para a realização da audiência 173
11.2. Da renovação da proposta de composição do dano e de transação penal na audiência de instrução e julgamento 173
11.3. Da impossibilidade de adiamento de atos na audiência de instrução e julgamento 174
11.4. Do prosseguimento da audiência de instrução e julgamento quando não houver a composição do dano ou a transação penal 174
11.5. Finalidade e forma da defesa preliminar a ser oferecida na audiência de instrução e julgamento 174
11.6. Prosseguimento da audiência de instrução e julgamento com a proposta de suspensão condicional do processo depois de oferecida a defesa preliminar ... 175
11.7. Prosseguimento da audiência de instrução e julgamento quando não for aceita a proposta de suspensão condicional do processo 175
11.8. Do recurso contra a decisão que rejeitar a denúncia ou a queixa-crime 176
11.9. Do cabimento de *habeas corpus* contra a decisão que receber a denúncia ou a queixa-crime 176
11.10. Da sentença definitiva proferida na audiência de instrução e julgamento 176
11.11. Da gravação magnética da audiência de instrução e julgamento 176
11.12. Da inutilização da fita magnética onde foi gravada a audiência após o trânsito em julgado da sentença 176

Capítulo XII – Incidentes Processuais 179

12.1. Considerações sobre incidentes processuais 179
12.2. Questões prejudiciais 179
12.2.1. Conceito de questões prejudiciais 179

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

12.2.2. Elementos essenciais da prejudicialidade 180
12.2.3. Diferença entre questões prejudiciais e questões preliminares 180
12.2.4. Classificação das questões prejudiciais 180
12.2.4.1. Questões prejudiciais heterogêneas 181
12.2.4.2. Questões prejudiciais homogêneas 181
12.2.4.3. Questões prejudiciais obrigatórias 181
12.2.4.4. Questões prejudiciais facultativas 182
12.2.4.5. Questões prejudiciais não devolutivas 182
12.2.4.6. Questões prejudiciais devolutivas absolutas 182
12.2.4.7. Questões prejudiciais devolutivas relativas 182
12.2.5. Da produção de provas durante a suspensão do processo, enquanto seja apurada a questão prejudicial 183
12.2.6. Da suspensão da prescrição durante a suspensão do processo-crime ... 183
12.2.7. Da coisa julgada material com a decisão cível 184
12.2.8. Intervenção do Ministério Público nas questões prejudiciais 184
12.2.9. Intervenção do querelante na ação cível para apurar questão prejudicial suscitada na ação penal privada 184
12.2.10. Recurso contra decisão que suspender o processo 185
12.3. Questões preliminares 185
12.3.1. Considerações sobre questões preliminares 185
12.3.2. Exceção de incompetência 185
12.3.3. Exceção de ilegitimidade 187
12.3.4. Exceção de litispendência 187
12.3.5. Exceção de coisa julgada 187
12.3.6. Da exceção de suspeição e de impedimento 189

Capítulo XIII – Restituição de Coisas Apreendidas 195

Capítulo XIV – Medidas Assecuratórias 199

14.1. Conceito 199
14.2. Das espécies de medidas assecuratórias 199
14.2.1. Sequestro 200
14.2.2. Hipoteca especializada 201
14.2.3. Arresto 203
14.2.4. Outras medidas assecuratórias previstas na Lei n.º 9.613/1998 204
14.2.5. Medidas assecuratórias na Lei Antidrogas de n.º 11.343/2006 205
14.2.6 A alienação antecipada de bens 206

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

Capítulo XV – As Medidas Cautelares do Código de Processo Penal: Prisões Cautelares, Liberdade com e sem fiança e as medidas cautelares restritivas 209

15.1. O novo regime de medidas cautelares no Código de Processo Penal 209

15.1.1. Prisão em flagrante delito 211

15.1.2. Conceito 211

15.1.3. Requisitos para a lavratura do auto de prisão em flagrante 212

15.1.4. Comunicação da prisão em flagrante à Defensoria Pública 213

15.1.4.1. Vícios formais do auto de prisão em flagrante 214

15.1.4.2. Vícios materiais do auto de prisão em flagrante 214

15.1.5. Espécies de flagrante 216

15.1.5.1. Flagrante próprio 216

15.1.5.2. Flagrante impróprio 216

15.1.5.3. Flagrante presumido 217

15.1.5.4. Flagrante postergado ou dilatado 217

15.1.5.5. Flagrante preparado 217

15.1.5.6. Flagrante provocado 218

15.1.5.7. Flagrante esperado 218

15.1.5.8. Flagrante forjado 218

15.1.5.9. Flagrante em crime permanente 219

15.1.5.10. Flagrante nos crimes de ação penal privada ou pública condicionada à representação criminal 219

15.1.5.11. Flagrante em crime continuado 220

15.1.5.12. Flagrante em crime habitual 220

15.1.6. Desnecessidade de nomeação de curador no auto de prisão em flagrante 221

15.1.7. Da conversão da prisão em flagrante em prisão preventiva 221

15.2. Da prisão preventiva 222

15.2.1. Conceito 222

15.2.2. Requisitos da prisão preventiva 224

15.2.2.1. Garantia da ordem pública 226

15.2.2.2. Garantia da ordem econômica 228

15.2.2.3. Conveniência da instrução criminal 229

15.2.2.4. Assegurar a aplicação da lei penal 231

15.2.2.5. Necessidade de intervenção cautelar 232

15.2.3. Descabimento da prisão preventiva quando o agente praticou o delito amparado por uma exclusão de ilicitude 233

15.2.4. Revogação da prisão preventiva 233

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

15.3. Prisão temporária 234
15.3.1. Conceito 234
15.3.2. Cabimento da prisão temporária 234
15.3.3. Competência para decretar a prisão temporária 235
15.3.4. Legitimidade para requerer a prisão temporária 235
15.3.5. Momento processual adequado para decretar a prisão temporária 235
15.3.6. Prazo para a prolação da decisão de decretação da prisão temporária . 236
15.3.7. Da obrigatoriedade da manifestação ministerial no pedido de decretação da prisão temporária 236
15.3.8. Prazos da prisão temporária e sua prorrogação 236
15.3.9. Do momento processual oportuno para a prorrogação do prazo da prisão temporária 236
15.3.10. Da liberdade imediata do prazo depois de decorrido o prazo da prisão temporária, independentemente de alvará judicial 237
15.3.11. Da possibilidade de conversão da prisão temporária em prisão preventiva 237
15.3.12. Do ambiente prisional adequado para o cumprimento da prisão temporária 237
15.4. Da extinção da prisão cautelar para apelar de sentença condenatória e da decisão de pronúncia 237
15.4.1. Execução antecipada de pena 241
15.5. Da prisão cautelar na decisão de pronúncia 242
15.5.1 Da prisão no processo de extradição 243
15.6. Da liberdade provisória 244
15.6.1. Da liberdade provisória sem fiança 245
15.6.2. Da liberdade provisória mediante prestação de fiança 246
15.6.3. Da liberdade provisória nos casos do art. 321 do Código de Processo Penal 249
15.7. Das medidas cautelares restritivas 250
15.7.1. Do momento adequado para a decretação das medidas cautelares restritivas 250
15.7.2. O descumprimento e a desnecessidade das medidas cautelares restritivas 251
15.7.3. Infrações penais que não admitem a decretação das medidas cautelares restritivas 251
15.7.4. O rol de medidas cautelares restritivas 251
15.7.5. Da prisão domiciliar 253
15.7.6. Da prisão especial 254
15.7.7. Das novas regras acerca do cumprimento dos mandados de prisão 255

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

Capítulo XVI – Incidente de Falsidade 257
16.1. Incidente de falsidade documental 257
Capítulo XVII – Incidente de insanidade mental 259
17.1. Incidente de insanidade mental 259
Capítulo XVIII – Provas 263
18.1. Conceito 263
18.2. Classificação das provas 263
18.3. Objeto de prova 265
18.4. Meios de prova 266
18.5. Ônus da prova 267
18.6. Exigências para a produção da prova 268
18.6.1. Produção antecipada de provas 269
18.7. Procedimento probatório 272
18.8. Sistema de avaliação das provas 273
18.9. Prova do direito 275
18.10. Prova proibida ou ilegal 276
18.11. Prova ilícita por derivação – temperamentos 281
18.12. Teoria da exclusão de ilicitude da prova ilícita 284
18.13. Prova emprestada 285
18.14. Álibi 287
18.15. Meios específicos de provas 289
18.16. Prova documental 289
18.17. Prova pericial 292
18.17.1 O exame do bafômetro 299
18.18. Prova testemunhal no procedimento do JECrim 300
18.19. Prova testemunhal em geral 301
18.19.1. Quem pode ser testemunha 301
18.19.2. Incomunicabilidade entre testemunhas 301
18.19.3. Classificação das testemunhas 302
18.19.4. Depoimento do promotor de justiça que participa do inquérito 305
18.19.5. O falso testemunho 306
18.19.6. Oralidade no depoimento e exceção 307
18.20. Do interrogatório do acusado 308
18.20.1. Interrogatório como meio de prova 310

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

18.20.2. Direito de o acusado permanecer calado durante seu interrogatório 310
18.20.3. Da necessidade da presença do defensor do acusado em seu interrogatório em juízo ... 313
18.20.4. Da desnecessidade de curador no interrogatório ... 314
18.20.5. Momento do interrogatório do acusado no Juizado Especial Criminal ... 316
18.20.6. Possibilidade de novo interrogatório do acusado ... 317
18.20.7. Da controvérsia acerca da realização do interrogatório por videoconferência ... 317
18.21. Interceptação e gravação ambiental ... 321
18.21.1. Distinção de interceptação e gravação ambiental ... 322
18.21.2. Autorização do uso da gravação ambiental por um dos interlocutores ... 324
18.22. Interceptação telefônica ... 325
18.23. Reconhecimento de pessoas e coisas ... 330
18.24. Acareação ... 331
18.25. Condução coercitiva de testemunha indiciada no inquérito policial à luz da Constituição Federal de 1988 e do Código de Processo Penal ... 333
18.25.1. Indícios ... 334
18.26. Busca e apreensão ... 335
18.26.1. Conceito ... 335
18.26.2. Busca pessoal ... 337
18.26.3. Busca domiciliar ... 338
18.27. Do sistema de gravação magnética ... 341
18.28. A prova mediúnica no Processo Penal ... 341
18.29. Produção probatória em matéria de infrações penais envolvendo organizações criminosas ... 342
18.29.1. Diligências probatórias ... 343
18.29.2. Impossibilidade de liberdade provisória na Lei n.º 9.034/1995 ... 344
18.29.3. Impossibilidade de apelar em liberdade ... 344

Capítulo XIX – Sujeitos Processuais ... 345

19.1. Conceito de sujeitos processuais ... 345
19.2. Dos sujeitos do processo ... 346
19.2.1. Partes no processo penal ... 346
19.2.2. Juiz ... 347
19.2.3. Ministério Público ... 352

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

19.2.3.1. As medidas de segurança para assegurar a integridade dos magistrados e membros do Ministério Público 353
19.2.4. Defensor do réu 355
19.2.5. Assistente de acusação 362
19.2.5.1. O interesse do assistente de acusação 362
19.2.5.2. A admissibilidade do assistente de acusação 364
19.2.5.3. A figura do acusador particular 367
19.2.5.4. O prazo para o recurso do assistente de acusação 367
19.2.5.5. A condição de vítima para a interposição de recurso pelo assistente de acusação 368
19.2.5.5.1. A possibilidade de interposição de recurso parcial pelo assistente de acusação 368
19.2.6. Auxiliares da justiça 368
19.2.7. Ofendido 369
19.2.7.1. A inquirição do ofendido 369
19.2.7.2. O atendimento multidisciplinar ao ofendido e a decretação do segredo de justiça 370

Capítulo XX – Sentença e Coisa Julgada 371

20.1. Classificação das decisões 371
20.1.1. O princípio do juiz natural em crimes envolvendo organizações criminosas 371
20.2. Despachos ordinatórios 377
20.3. Decisão interlocutória 377
20.3.1. Simples 377
20.3.2. Mista ou com força de definitiva 378
20.3.2.1. Terminativas e não terminativas 378
20.4. Decisões terminativas de mérito ou definitivas em sentido estrito 378
20.5. Sentença 379
20.5.1. Condenatória 384
20.5.2. Absolutória própria 384
20.5.3. Absolutória imprópria 384
20.6. Súmula vinculante 384
20.7. *Emendatio libelli* 385
20.8. *Mutatio libelli* 386
20.8.1. *Mutatio libelli* e os Enunciados n.os 160 e 453 do STF 387
20.8.2. O aditamento da denúncia na *mutatio libelli* 387
20.9. Coisa julgada 389

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

20.9.1. Coisa julgada formal 389
20.9.2. Coisa julgada material 390
20.9.3. Preclusão *pro judicato* 390
20.9.4. Coisa soberanamente julgada para acusação e para a defesa – sua relativização 391
20.9.5. Absolvição e arquivamento pelo órgão incompetente – o império da coisa julgada 391
20.9.6. O uso de documento falso e a coisa julgada 393
20.9.7. Coisa julgada e os delitos praticados em concurso de crimes 395
20.9.8. Coisa julgada no Tribunal do Júri e nova ação penal 396
20.9.9. Coisa julgada e Litispendência 396

Capítulo XXI – Dos Pressupostos Recursais e dos Recursos nos Juizados Especiais Criminais 399

21.1. Conceito de recurso 399
21.2. Dos pressupostos do recurso 400
21.2.1. Pressupostos objetivos 400
21.2.2. Pressupostos subjetivos 404
21.2.3. Conflito de vontades 405
21.2.4. O recurso de ofício no Processo Penal 406
21.3. Sucumbência 407
21.3.1. Classificação da sucumbência 407
21.4. Do não conhecimento e da deserção do recurso 408
21.5. Princípios que orientam o recurso 409
21.5.1. Princípio da unirrecorribilidade 409
21.5.2. Princípio da indisponibilidade do recurso pelo Ministério Público 409
21.5.3. Princípio da mudança *in mellius* da decisão recorrida 410
21.5.4. Princípio da taxatividade 410
21.5.5. *Reformatio in pejus* 410
21.5.5.1. Reformatio *in pejus* indireta 411
21.6. Dos efeitos do recurso 416
21.6.1. A posição do STF acerca do efeito suspensivo 416
21.6.2. Sustentação oral após o representante do Ministério Público 417
21.6.3. Sustentação oral no caso de corréus com diferentes advogados 417
21.7. Das espécies de recurso no Juizado Especial Criminal 418
21.7.1. Do recurso de apelação 418
21.7.1.1. Da forma de interposição do recurso 418

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

21.7.1.2. Da possibilidade de interposição do recurso por telex, fac-símile ou internet 418
21.7.1.3. Da capacidade postulatória para a interposição do recurso ... 419
21.7.1.4. Do prazo para interposição do recurso e sua contagem 420
21.7.1.5. Da autoridade a quem deve ser dirigido o recurso e suas razões 420
21.7.1.6. Das razões de recurso 420
21.7.1.7. Das contrarrazões 420
21.7.1.8. Da ausência de razões e contrarrazões como obstáculo para apreciação do recurso 421
21.7.1.9. Da forma das razões e das contrarrazões 421
21.7.1.10. Da intimação da sentença e da contagem de prazo do recurso 421
21.7.1.11. Do processamento do recurso de apelação no juizado recorrido 421
21.7.1.12. Da Turma Recursal 422
21.7.1.13. Do processamento do recurso na Turma Recursal 422
21.7.1.14. Da inconstitucionalidade do art. 82, § 5.º da Lei n.º 9.099/1995 423
21.7.2. Dos embargos de declaração 424
21.7.2.1. Do cabimento dos embargos 424
21.7.2.2. Da forma e prazo para opor embargos 424
21.7.2.3. Da suspensão do prazo para outros recursos em razão dos embargos 424
21.7.2.4. Dos embargos opostos pelo Ministério Público em favor do réu 425
21.7.2.5. Dos embargos dos embargos 425
21.7.2.6. Da contagem do prazo de outros recursos quando opostos os embargos 425
21.7.2.7. Do não cabimento de embargos com fins protelatórios 425
21.7.3. Recurso especial nos Juizados Especiais Criminais 426
21.7.3.1. Do não cabimento de Recurso Especial 426
21.7.4. Do não cabimento de embargos infringentes do julgado nos Juizados Especiais Criminais 427
21.7.5. Do Recurso Extraordinário nos Juizados Especiais 427
21.7.5.1. Do cabimento do Recurso Extraordinário 427
21.7.5.2. Do recurso cabível contra a decisão que deixar de receber ou negar seguimento ao Recurso Extraordinário 428
21.7.5.3. Não cabimento de Recurso Extraordinário quando a decisão for passiva de Recurso Ordinário 428

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

21.7.5.4. Do prequestionamento da matéria para efeito de Recurso Extraordinário 429
21.7.5.5. Não cabimento de embargos de declaração para fim exclusivo de prequestionamento da matéria federal atacada por Recurso Extraordinário ou Recurso Especial 429
21.7.5.6. Não cabimento de Recurso Extraordinário pelo fundamento da Súmula n.º 283 do STF 429
21.7.5.7. Não cabimento de Recurso Extraordinário quando deficiente sua fundamentação 429
21.7.5.8. Do Recurso Extraordinário fundado em divergência jurisprudencial 430

Capítulo XXII – Da Execução das Penas 431

22.1. Da execução da pena de multa 431
22.2. Da execução da pena privativa de liberdade 432
22.3. Da execução da pena restritiva de direitos 432
22.4. Da prescrição da pretensão executória da pena aplicada 433
22.5. Da prescrição da pretensão punitiva do Estado 433
22.6. Contagem do prazo prescricional da pretensão executória estatal 434
22.7. Contagem do prazo prescricional da pretensão executória da pena acordada na transação penal 434
22.8. Execução antecipada de pena 435

Capítulo XXIII – Das Despesas Processuais 439

23.1. Das despesas processuais na homologação da composição do dano e na transação penal 439
23.2. Da condenação do réu ao pagamento de custas processuais 439
23.3. Da antecipação do pagamento de custas processuais na ação penal privada 440

Capítulo XXIV – Da Suspensão Condicional do Processo 443

24.1. Natureza da suspensão condicional do processo 443
24.2. Cabimento da suspensão condicional do processo 446
24.2.1. Do cabimento da suspensão condicional do processo quando o tipo penal previr a cominação alternativa da pena de multa 448
24.3. Cabimento da suspensão condicional do processo nos delitos em que a ação penal é de natureza privada 448
24.4. Cabimento da suspensão condicional do processo nos delitos penais de competência do Juizado Especial Criminal e demais órgãos jurisdicionais 449
24.5. Cabimento da suspensão condicional do processo nas contravenções penais 449

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

24.6. Cabimento da suspensão condicional do processo quando houver concurso de pessoas 450
24.7. Cabimento da suspensão condicional do processo quando houver concurso de crimes 450
24.8. Cabimento da suspensão condicional do processo nos delitos de competência das Justiças Militar, Eleitoral e Federal 451
24.9. Cabimento da suspensão condicional do processo ao acusado em gozo de *sursis* decorrente de condenação por contravenção penal 451
24.10. Cabimento da suspensão condicional do processo quando houver desclassificação do crime de competência do Tribunal do Júri 452
24.11. Da proposta de suspensão condicional do processo pelo juiz 453
24.12. Do cabimento de *habeas corpus* pelo não oferecimento da proposta de suspensão condicional do processo 453
24.12.1. Da possibilidade de impetração de *habeas corpus* em favor de réu que esteja em gozo da suspensão condicional do processo 455
24.13. Da extinção da punibilidade do acusado após o decurso do prazo de suspensão do processo 455
24.14. Do cabimento de Recurso Extraordinário e de Recurso Especial quando negado o *habeas corpus* impetrado contra a decisão que não concedeu a suspensão do processo 457
24.15. Da revogação da suspensão do processo 457
24.16. Cabimento de *habeas corpus* contra a decisão que revoga a suspensão condicional do processo 458
24.17. A suspensão condicional do processo como causa impeditiva da prescrição . 458
24.18. Da aceitação da proposta de suspensão condicional do processo 459
24.19. Da consequência jurídica se o acusado não aceitar a proposta de suspensão condicional do processo 459
24.20. Da suspensão condicional do processo quando houver concurso de crimes .. 459
24.21. Da aplicação retroativa da Lei n.º 9.099/1995 para efeito da suspensão condicional do processo 461
24.22. Da suspensão do processo após o trânsito em julgado da sentença condenatória anterior à vigência da Lei n.º 9.099/1995 461
24.23. Da competência para suspender o processo quando em grau de recurso 462
24.24. Do elenco de jurisprudências a respeito da suspensão condicional do processo e a aplicação retroativa da Lei n.º 9.099/1995 462
24.25. Dos crimes que admitem a suspensão condicional do processo 464

Capítulo XXV – Da Aplicação Subsidiária dos Códigos Penal e de Processo Penal ... 465

Capítulo XXVI – Da Regulamentação do Funcionamento do Juizado Especial Criminal 467

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

26.1. Da prática de atos processuais fora do alcance da sede da comarca 467
26.2. Do prazo para a criação e instalação dos Juizados Especiais 468

Capítulo XXVII – Da Revogação das Leis nºs 4.611/1965 e 7.244/1984 469

Capítulo XXVIII – Procedimentos Adotados no Processo Penal 471

28.1. Procedimento das contravenções penais 471
28.1.1. A nova sistemática dos ritos processuais estabelecida pela Lei n.º 11.719/2008 471
28.1.2. Das disposições comuns ao rito ordinário e sumário 473
28.1.2.1. Recebimento da inicial e citação do acusado 473
28.1.2.2. Oferecimento da resposta 476
28.1.2.3. Antecipação do exame do mérito da ação penal – absolvição antecipada 477
28.1.2.4. Designação de audiência 478
28.1.2.5. Consagração do princípio da identidade física do juiz 481
28.1.3. O rito ordinário 484
28.1.3.1. Designação e realização da audiência de instrução e julgamento 484
28.1.3.2. Da produção de prova testemunhal e o interrogatório do réu 486
28.1.3.2.1. Da ordem e forma de inquirição das testemunhas 488
28.1.3.3. Da realização de novas diligências 492
28.1.3.4. Da fase de alegações finais 493
28.1.4. O rito sumário 493
28.1.4.1. Designação e realização da audiência de instrução e julgamento 493
28.1.4.2. Da produção de prova testemunhal 494
28.1.4.3. Da fase de alegações finais 494
28.1.4.4. Da adoção excepcional do procedimento sumário nas infrações de menor potencial ofensivo 495
28.1.5. O rito sumaríssimo 495
28.2. Rito do Tribunal do Júri com as modificações introduzidas pela Lei n.º 11.689/2008 496
28.2.1. Adoção do Rito do Tribunal do Júri 496
28.2.1.1. Primeira fase do procedimento 496
28.2.1.2. Decisão de pronúncia 503
28.2.1.2.1. A intimação da decisão de pronúncia 508
28.2.1.3. Decisão de impronúncia 509

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

28.2.1.4. Sentença de absolvição sumária 510
28.2.1.5. Decisão declinatória de competência 512
28.2.2. Segunda fase do procedimento 514
28.2.2.1. Preparação do processo com a realização de diligências e relatório sucinto determinando sua inclusão em pauta para julgamento pelo júri popular 515
28.2.2.2. Desaforamento do julgamento para outra comarca da mesma região quando for o caso 516
28.2.2.3. Organização da pauta dos processos a serem julgados 518
28.2.2.4. Sorteio e convocação dos jurados 519
28.2.2.5. Instalação da sessão de julgamento 521
28.2.2.6. Instrução do processo em Plenário do Júri 523
28.2.2.7. Sustentação oral em Plenário do Júri 524
28.2.2.8. Dissolução do Conselho de Sentença para a realização de diligências necessárias para o julgamento da causa 527
28.2.2.9. Dos quesitos e sua votação 528
28.2.2.10. Recurso contra a decisão do Júri 535
28.2.2.10.1. Direito de o réu apelar em liberdade contra a decisão do Júri 535
28.2.2.10.2. Da revogação do Protesto por Novo Júri pela Lei n.º 11.689/2008 536
28.2.2.10.3. Da inconstitucionalidade do art. 440 536
28.3. Procedimento das ações penais nos crimes previstos na Lei Antidrogas n.º 11.343/2006 537
28.3.1. Proposta da Lei Antidrogas 537
28.3.2. Revogação das Leis n.os 6.368/1976 e 10.409/2002 pela Lei n.º 11.343/2006 537
28.3.3. Da semi-imputabilidade na forma do art. 46 da Lei Antidrogas 538
28.3.4. Do procedimento adotado nas ações penais 539
28.3.4.1. Do procedimento adotado na ação penal pela prática do crime capitulado no art. 28 da Lei n.º 11.343/2006 540
28.3.4.2. Procedimento adotado na ação penal pelos crimes previstos nos arts. 33 a 37 da Lei Antidrogas 543
28.3.4.3. Da delação premiada e da proteção às testemunhas 543
28.3.4.4. Da fase administrativa do processo penal na Lei Antidrogas 545
28.3.4.5. Fase judicial do processo na Lei Antidrogas 547
28.3.4.5.1. Do oferecimento da denúncia 547
28.3.4.5.2. Oferecimento de defesa preliminar antes do recebimento da denúncia 548
28.3.4.5.3. Do recebimento da denúncia 550
28.3.4.5.4. Da audiência de instrução e julgamento 551

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

28.3.4.5.5. Da possibilidade de conversão das alegações finais orais em forma de memoriais 552
28.3.4.5.6. Da inconstitucionalidade do art. 59 da Lei exigindo o recolhimento do réu condenado à prisão para poder apelar da sentença 552
28.3.4.5.7. Medidas assecuratórias na Lei Antidrogas 553
28.3.4.5.8. Liberdade provisória na Lei Antidrogas 554
28.4. Procedimento adotado nos crimes contra a honra 558
28.4.1. Dos crimes contra a honra capitulados no Código Penal 558
28.4.2. Procedimento regulado no Processo Penal nos crimes contra a honra quando de competência da Vara Criminal 561
28.4.3. Ação penal concorrente nos crimes contra a honra 563
28.5. Procedimento adotado no processo e julgamento dos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos 564
28.5.1. Da competência dos Juizados Especiais Criminais para os crimes de responsabilidade dos funcionários públicos 567
28.6. Procedimento adotado nos crimes contra a propriedade imaterial 567
28.7. Procedimento nos crimes praticados com violência doméstica e familiar contra a mulher 569
28.7.1. Modalidades de violência doméstica e familiar contra a mulher 570
28.7.2. Das medidas de integração e proteção 572
28.7.3. Da necessidade de intervenção do Ministério Público 573
28.7.4. Partes legitimadas para a tutela da violência doméstica e familiar contra a mulher 573
28.7.5. Da garantia de assistência judiciária às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar 573
28.7.6. Os institutos processuais penais previstos na Lei de Violência Doméstica 573
28.7.6.1. Inconstitucionalidade da cumulação da competência cível e criminal 574
28.7.6.2. A retratação da representação 576
28.7.6.3. Impossibilidade de imposição de pena de cesta básica 577
28.7.6.4. Possibilidade de audiência de conciliação 577
28.7.7. Implicações do afastamento da Lei n.º 9.099/1995 577
28.7.7.1. Impossibilidade de lavratura do termo circunstanciado 579
28.7.7.2. Possibilidade de prisão em flagrante 579
28.7.7.3. Inviabilidade das propostas de transação penal e suspensão condicional do processo 579
28.7.7.4. Natureza jurídica da ação penal por crime de lesão corporal leve e culposa 581

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

28.7.7.5. O rito nos crimes dos Juizados de Violência Doméstica 585
28.7.7.6. Os recursos contra as decisões proferidas pelos Juizados de Violência Doméstica 585
28.7.7.7. Direito Intertemporal – conflito de competência e aplicação retroativa da Lei n.º 11.340/06, observância ao princípio do Juiz Natural 586
28.7.8. Questões polêmicas da jurisprudência 587
28.7.8.1. Competência dos Juizados de Violência Doméstica para a pronúncia 587
28.7.8.2. A prisão preventiva nos Juizados de Violência Doméstica ... 589
28.7.8.3. Das contravenções praticadas com emprego de violência doméstica 590
28.8. Conclusões acerca da Lei n.º 11.340/2006 591
28.9. Procedimento para apuração da prática de ato infracional 593
28.9.1. Introdução 593
28.9.2. Da prática do ato infracional 594
28.9.3. Da apresentação ao membro do Ministério Público 595
28.9.4. Das providências a serem adotadas pelo Ministério Público 596
28.9.4.1. Arquivamento 596
28.9.4.2. Remissão 596
28.9.4.3. Da desconformidade com o arquivamento ou a remissão 598
28.9.5. Do procedimento para apuração do ato infracional 598
28.9.6. Recursos 602
28.10. Procedimento dos crimes de abuso de autoridade 603
28.10.1. A representação de que trata os arts. 1.º e 2.º 603
28.10.2. Competência para o julgamento dos crimes envolvendo abuso de autoridade e rito processual 604

Capítulo XXIX – Crimes Hediondos 605

29.1. Introdução 605
29.2. Da progressão de regime no crime hediondo 607
29.3. Da liberdade provisória nos crimes hediondos 609
29.4. Possibilidade de substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos nos crimes hediondos 610
29.5. Possibilidade de apelar em liberdade 611
29.6. Regime inicial fechado 611

Capítulo XXX – Recursos no Processo Penal 613

30.1. Recursos nos Juizados Especiais Criminais Estaduais e Federais 613

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

30.1.1. Apelação 613
30.1.2. Embargos de declaração 613
30.1.3. Recurso de uniformização de julgado 613
30.1.4. Recurso Especial Anômalo 614
30.1.5. Recurso Extraordinário 614
30.2. Recursos no Juízo Criminal Comum 614
30.2.1. Recurso de apelação 614
30.2.1.1. Prazo para a interposição do recurso 617
30.2.1.2. Prazo para o assistente da acusação interpor recurso 619
30.2.1.3. Prazo para oferecimento das razões e das contrarrazões 619
30.2.2. Embargos de declaração 620
30.2.2.1. Embargos de declaração no Juizado Especial Criminal 620
30.2.2.2. Embargos de declaração no Juízo Criminal Comum 621
30.2.2.3. Efeitos modificativos nos embargos de declaração 621
30.2.3. Embargos infringentes do julgado 622
30.2.3.1. Cabimento dos embargos 622
30.2.3.1.1. O voto médio e o cabimento de embargos infringentes 624
30.2.3.2. Embargos no Superior Tribunal de Justiça 625
30.2.4. Protesto por novo júri 626
30.2.4.1. Revogação do protesto por novo júri pela Lei n.º 11.689/2008 629
30.2.4.2. Protesto por novo júri na forma regulamentada na lei revogada 635
30.2.5. Carta testemunhável 637
30.2.6. Recurso em sentido estrito 638
30.2.7. Correição parcial 640
30.2.8. Recurso Extraordinário 641
30.2.9. Recurso Especial 643
30.2.10. A tempestividade dos recursos interpostos perante o STJ e o STF 643
30.2.11. Prequestionamento nos Recursos Especial e Extraordinário 644
30.2.11.1. Prequestionamento implícito nos Recursos Especial e Extraordinário 646
30.2.11.2. Confronto analítico no recurso especial 646
30.2.12. Revaloração de prova em sede de Recursos Especiais 647
30.2.13. Recurso contra a decisão que inadmite os Recursos Especial e Extraordinário 647
30.2.14. Agravo em Execução 650
30.2.14.1. Procedimento do Agravo em Execução 650

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

30.2.14.2. Prazo e modo de interposição do Agravo em Execução 651
30.2.14.3. Efeitos do Agravo em Execução 651
30.2.14.4. Recurso contra a decisão no Agravo em Execução 651
30.2.14.5. O princípio da fungibilidade no Agravo em Execução 652

Capítulo XXXI – Ações Autônomas de Impugnação no Processo Penal 653

31.1. Generalidade 653
31.2. Revisão criminal 654
31.2.1. Natureza jurídica 654
31.2.2. Finalidade 654
31.2.3. Legitimação processual para promover a revisão criminal 655
31.2.4. Do não cabimento da revisão criminal *pro societate* 655
31.2.5. Cabimento da revisão 657
31.2.6. Momento oportuno para promover a revisão criminal 657
31.2.7. Da revisão criminal quando condenado o réu por decisão do júri 658
31.2.8. Competência para processar e julgar a revisão criminal 658
31.2.8.1. *Da reformatio in mellius* na revisão criminal 659
31.2.9. Possibilidade de renovação da ação de revisão criminal 659
31.3. Mandado de segurança 660
31.3.1. Conceito 660
31.3.2. Cabimento do mandado de segurança no processo penal 660
31.3.3. Cabimento de medida liminar na ação mandamental e a perda de seus efeitos 662
31.3.4. Partes no mandado de segurança 662
31.3.5. Dos meios de provas no mandado de segurança 663
31.3.6. Órgãos jurisdicionais competentes para o mandado de segurança 663
31.3.7. Participação do Ministério Público no mandado de segurança 663
31.3.8. Recursos admitidos no mandado de segurança 663
31.3.9. Legitimidade da Turma Recursal para o mandado de segurança 664
31.4. *Habeas corpus* 665
31.4.1. Conceito 665
31.4.2. Da configuração da coação ilegal 666
31.4.3. Das espécies de *habeas corpus* 670
31.4.3.1. Do *habeas corpus* liberatório 670
31.4.3.2. Do *habeas corpus* preventivo 670
31.4.3.2.1. Do *habeas corpus* para trancamento da ação penal 671
31.4.3.3. Da legitimidade para impetrar *habeas corpus* 671

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

31.4.4. Do órgão jurisdicional competente para apreciar o *habeas corpus* nos delitos de competência do Juizado Especial Criminal 673
31.4.4.1. A necessidade de revisão dos Enunciados dos Juizados Especiais Criminais 676
31.4.5. Das partes no *habeas corpus* 676
31.4.6. Do recurso cabível contra a decisão proferida no *habeas corpus* 677
31.4.7. Necessidade de comunicação do impetrante para sustentação oral do *habeas corpus* 677
31.4.8. Legitimidade do Ministério Público para a impetração do *habeas corpus* 678
31.4.9. A Súmula nº 691 o conhecimento do *habeas corpus* 678
31.4.10. O *habeas corpus* como substituto recursal 680
31.5. Reclamação 681
31.5.1. A reclamação como sucedâneo recurso especial contra a decisão de Turma Recursal 684

Capítulo XXXII – Nulidades no Processo Penal 687
32.1. Atos irregulares 687
32.2. Atos inexistentes 687
32.3. A absolvição por juiz incompetente 688
32.4. Atos anuláveis 688
32.5. Nulidades relativas 688
32.6. Nulidades absolutas 689
32.7. Princípios que orientam as nulidades 689
32.7.1. Instrumentalidade das formas 689
32.7.2. Prejuízo 690
32.7.3. Causalidade 690
32.7.4. Conservação dos atos processuais 690
32.7.5. Interesse 690
32.7.6. Convalidação 690

Capítulo XXXIII – Peças Processuais e seus Modelos nos Juizados Especiais Criminais e no Juízo Criminal Comum 691
33.1. Modelos de peças processuais que inauguram o inquérito policial 691
33.1.1. Notícia-crime 691
33.1.1.1. Modelo de notícia-crime 692
33.1.2. Representação criminal 693
33.1.2.1. Modelo de representação criminal 696

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

33.1.3. Requerimento de instauração de inquérito nos crimes em que a ação penal é de natureza privada 697
33.1.3.1. Modelo de pedido de instauração de inquérito nos crimes de ação penal privada 698
33.2. Do relaxamento de prisão em flagrante 699
33.2.1. Modelo de relaxamento de prisão em flagrante 700
33.3. Do *habeas corpus* 701
33.3.1. Conceito 701
33.3.2. Da configuração da coação ilegal 702
33.3.3. Das espécies de *habeas corpus* 704
33.3.3.1. Do *habeas corpus* liberatório 704
33.3.3.2. Do *habeas corpus* preventivo 704
33.3.4. Da legitimidade para impetrar *habeas corpus* 704
33.3.5. Do órgão jurisdicional competente para apreciar o *habeas corpus* nos delitos de competência do Juizado Especial Criminal 705
33.3.5.1. A necessidade de revisão dos Enunciados dos Juizados Especiais Criminais 706
33.3.6. Das partes no *habeas corpus* 707
33.3.7. Do recurso cabível contra a decisão proferida no *habeas corpus* 707
33.3.8. Modelos de *habeas corpus* 708
33.3.8.1. Modelos de *habeas corpus* liberatórios impetrados contra a autoridade policial 708
33.3.8.2. Modelo de *habeas corpus* impetrado contra o juiz do juizado especial criminal 709
33.3.8.3. Modelo de *habeas corpus* preventivo 711
33.4. Modelo das peças processuais que inauguram a ação penal 712
33.4.1. Modelo de denúncia 712
33.4.2. Modelo de queixa-crime 713
33.4.3. Modelo de procuração para queixa-crime 715
33.5. Modelo de recurso de apelação e suas razões 715
33.5.1. Modelo da petição de interposição do recurso de apelação 716
33.5.2. Modelo de razões de apelação 716
33.6. Embargos de declaração 719
33.6.1. Modelo de interposição de embargos 720
33.7. Da defesa preliminar 721
33.7.1. Síntese doutrinária 721
33.7.2. Modelo de defesa preliminar 722
33.8. Do termo circunstanciado 723

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

33.8.1. Síntese doutrinária 723
33.8.2. Modelo de termo circunstanciado 725
33.8.3. Modelo de pedido de arquivamento de termo circunstanciado pela atipicidade da conduta 726
33.9. Modelo de defesa preliminar no procedimento sumaríssimo 730
33.10. Modelos de peças processuais no juízo criminal comum 732
33.10.1. Resposta inicial obrigatória 732
33.10.1.1. Síntese doutrinária 732
33.10.1.2. Defesa inicial no JECrim 733
33.10.1.3. Respostas iniciais obrigatórias no rito comum ordinário e sumário, bem como no rito do Tribunal do Júri 733
33.10.1.4. Modelo de resposta inicial obrigatória no rito comum sumário 734
33.10.1.5. Modelo de exceção de incompetência relativa do juízo 736
33.10.1.6. Modelo de resposta inicial obrigatória no crime de estelionato por cheque sem fundos 737
33.10.1.7. Modelo de resposta inicial obrigatória com arguição de preliminares de inaplicabilidade da Lei n.º 11.340/2006, de declinação de competência e de extinção de punibilidade pela prescrição da pretensão punitiva do Estado no crime de lesão corporal 739
33.11. Modelos de alegações finais da defesa, em forma de memorial, nos ritos comuns ordinário, sumário e sumaríssimo, assim como no rito do Tribunal do Júri e nos especiais 741
33.11.1. Modelo de alegações finais ratificando o pedido de absolvição formulado pelo Ministério Público 741
33.11.2. Modelo de alegações finais no rito do Tribunal do Júri, corroborando o pedido de impronúncia do réu formulado pelo Ministério Público 743
33.11.3. Modelo de alegações finais com pedido alternativo 744
33.11.4. Modelo de alegações finais da defesa, em forma de memorial. Procedimento comum ordinário 750
33.11.5. Modelo de alegações finais em forma de memorial 752
33.12. Modelos de recursos no juízo criminal comum 754
33.12.1. Modelo de recurso de apelação 754
33.12.1.1. Modelo de petição de interposição do recurso de apelação na Vara Criminal 754
33.12.1.2. Modelo de petição protestando pela apresentação das razões do recurso de apelação no tribunal *ad quem*, quando o réu manifestou por termo nos autos o desejo de apelar 755

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

33.12.1.3. Modelo de petição dirigida ao relator do recurso de apelação requerendo a juntada das razões do recurso, em razão de o réu haver protestado pela apresentação das razões no tribunal *ad quem* 755
33.12.1.4. Modelo de petição requerendo a juntada das razões de recurso de apelação interposto por termo nos autos 756
33.12.1.5. Modelo de razões de recurso de apelação 756
33.12.2. Modelo de protesto por novo júri 768
33.12.3. Modelos de embargos infringentes 768
33.12.3.1. Modelo de petição de interposição dos embargos infringentes 768
33.12.3.2. Modelo de razões nos embargos infringentes 769
33.12.4. Modelo de recurso em sentido estrito 774
33.12.4.1. Modelo de petição de interposição do recurso em sentido estrito 774
33.12.4.2. Modelo de petição de interposição de recurso em sentido estrito que subirá nos próprios autos da ação penal 775
33.12.4.3. Modelo de petição requerendo a juntada das razões do recurso em sentido estrito 775
33.12.4.4. Modelo de razões de recurso em sentido estrito 776
33.12.5. Modelo de revisão criminal 777
33.12.5.1. Modelo de revisão criminal 777

Capítulo XXXIV – Modelos de Petições e Respectivas Sínteses Doutrinárias 781

34.1. Petições Envolvendo a Soltura do Acusado 781
34.1.1. Modelo de pedido de revogação de prisão preventiva, com pedido alternativo de liberdade provisória com base no art. 310, parágrafo único, do CPP 781
34.1.2. Modelo de pedido de relaxamento de prisão em flagrante delito, por vícios formal e material, com pedido alternativo de liberdade provisória com base no art. 310, parágrafo único, do CPP 785
34.1.3. Modelo de pedido de liberdade provisória no delito afiançável, com base no art. 350 do CPP, por tratar-se de preso pobre 792
34.1.4. Modelo de pedido de relaxamento de prisão em flagrante por vício material contido no APF, no flagrante presumido, com pedido alternativo de arbitramento de fiança 793
34.2. Queixa-crime subsidiária 794
34.2.1. Síntese doutrinária 794
34.2.2. Modelo de queixa-crime subsidiária ou substitutiva quando o Ministério Público não oferece a denúncia no prazo legal no crime de lesões corporais graves 794

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

34.3. Queixa-crime na ação penal privada 795
34.3.1. Síntese doutrinária 795
34.3.2. Modelo de queixa-crime na ação penal privada 796
34.3.3. Modelo de queixa-crime pelo crime de calúnia qualificada, por ter a ofensa à honra sido feita na presença de várias pessoas – competência do Juízo da Vara Criminal do local onde se deram os fatos delituosos 799
34.3.4. Modelo de procuração para oferecer a queixa-crime acima 800
34.4. Modelo de Notícia Crime Oferecida Diretamente ao Delegado de Polícia da DP do Local onde ocorreu o delito, requerendo a Instauração do Inquérito Policial 801
34.5. Modelos de denúncias 802
34.5.1. Por lesões corporais graves – Competência do Juízo da Vara Criminal do local onde ocorreu o delito 802
34.5.2. Modelo de denúncia no crime de latrocínio praticado por dois agentes, em concurso de pessoas 803
34.5.3. Modelo de denúncia no crime de estelionato por cheque sem fundos 804
34.6. Modelos referentes à soltura do acusado 805
34.6.1. Síntese doutrinária 805
34.6.2. Limite legal de testemunhas a serem arroladas pelas partes 806
34.6.3. Modelo de petição de arbitramento de fiança na Vara Criminal 807
34.6.4. Modelo de pedido de liberdade provisória no delito afiançável, com base no art. 350 do CPP, quando se tratar de preso pobre que não dispõe de recurso para prestar fiança 808
34.6.5. Modelo de pedido de liberdade provisória em crime inafiançável, ainda que hediondo o delito, com base no art. 310, do CPP 809
34.6.6. Modelo de pedido de relaxamento de prisão em flagrante delito por vício material contido no auto de prisão em flagrante, com pedido alternativo de liberdade provisória com base no art. 350 do CPP, por ser afiançável o delito e o preso não dispor de recursos financeiros para prestar fiança 810
34.6.7. Modelo de *habeas corpus* liberatório requerendo o relaxamento de prisão em flagrante delito por vício material contido no auto de prisão em flagrante, com pedido alternativo de liberdade provisória com base no art. 350 do CPP, por ser afiançável o delito e o preso não dispor de recursos financeiros para prestar fiança 812

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

34.6.8. Modelo de *habeas corpus* liberatório requerendo a concessão de liberdade provisória com base no art. 350 do CPP, por ser afiançável o delito e o preso não dispor de recursos financeiros para prestar fiança 814

34.6.9. Modelo de *habeas corpus* liberatório para arbitramento de fiança 815

34.7. Alegações finais 817

34.7.1. Síntese doutrinária 817

34.7.2. Modelo de alegações finais no crime de homicídio qualificado 817

34.7.3. Modelo de alegações finais, com arguição de preliminares de exceção de incompetência e de nulidade do processo por cerceamento de defesa e preliminar de rejeição da denúncia-crime de lesão corporal leve com arguição de legítima defesa 821

34.8. Apelação 824

34.8.1. Síntese doutrinária 824

34.8.2. Modelo de petição de interposição de apelação contra a sentença que condenou o réu por crime de furto 824

34.8.3. Modelo das razões de apelação fundamentando a fragilidade da prova em crime de furto decorrente de flagrante presumido 825

34.9. Recurso em sentido estrito 827

34.9.1. Síntese doutrinária 827

34.9.2. Modelo de recurso em sentido estrito por instrumento 827

34.9.3. Modelo de razões no recurso em sentido estrito 828

34.9.4. Modelo de petição requerendo a juntada das contrarrazões no recurso em sentido estrito 829

34.9.5. Modelo das contrarrazões de recurso em sentido estrito 830

34.9.6. Modelo de recurso em sentido estrito contra a decisão de pronúncia, subindo o recurso nos próprios autos 839

34.9.7. Modelo das razões no recurso em sentido estrito interposto nos próprios autos contra a decisão de pronúncia 840

34.9.8. Modelo de recurso em sentido estrito que sobe mediante instrumento 842

34.10. Embargos de declaração 843

34.10.1. Síntese doutrinária 843

34.10.2. Modelo de embargos de declaração por contradição, com efeitos infringentes do julgado 844

34.11. Embargos infringentes do julgado 845

34.11.1. Síntese doutrinária 845

34.11.2. Embargos infringentes e de nulidade do julgado – síntese 846

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

34.11.3. Modelo de interposição e das razões dos embargos infringentes do julgado, no crime de furto decorrente de flagrante presumido 846
34.11.4. Modelo das razões nos embargos infringentes 847

34.12. Revisão criminal 848
34.12.1. Síntese doutrinária 848
34.12.2. Modelo de revisão criminal contra o acórdão que modificou a sentença absolutória para condenar o réu, visando o recurso à modificação do acórdão, para absolver o requerente e, como pedido alternativo, à modificação do regime de pena 849

34.13. *Habeas corpus* 851
34.13.1. Modelo de *habeas corpus* para arbitramento de fiança 851

34.14. Modelos simplificados de petições 853
34.14.1. Modelo de queixa-crime na Vara Criminal 853
34.14.2. Embargos declaratórios 854
34.14.2.1. Síntese doutrinária 854
34.14.2.2. Embargos protelatórios 854
34.14.2.3. Embargos para fins de prequestionamento de matéria a ser ventilada em Recurso Especial ou Extraordinário 854
34.14.2.4. Embargos dos embargos 855
34.14.2.5. Embargos com efeito infringente do julgado 855
34.14.2.6. Modelo dos embargos declaratórios, com efeitos infringentes, por omissão na sentença 855
34.14.3. Embargos infringentes do julgado 856
34.14.3.1. Síntese doutrinária 856
34.14.3.1.1. Modelo dos embargos infringentes do julgado 856
34.14.3.2. Modelo das razões nos embargos infringentes do julgado 857
34.14.4. Revisão criminal 858
34.14.4.1. Síntese doutrinária 858
34.14.4.2. Modelo de ação de revisão criminal 859
34.14.5. Agravo em execução penal 861
34.14.5.1. Síntese doutrinária 861
34.14.5.2. Modelo de agravo em execução penal 862
34.14.5.3. Modelo das razões do recurso no agravo em execução penal 862
34.14.6. Recurso ordinário constitucional para o STJ 863
34.14.6.1. Síntese doutrinária 863
34.14.6.2. Modelo de recurso ordinário constitucional 864

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

Anexo I – Jurisprudência 867

Anexo II – Enunciados do Fórum Nacional de Juizados Especiais – FONAJE 892

Bibliografia 899

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br